

FMI vai acompanhar o ajuste fiscal brasileiro e preocupa-se com inflação

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Duas preocupações básicas acompanharam a missão de técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) no seu retorno a Washington: o comportamento da receita fiscal, que não está se realizando dentro do nível esperado, e a trajetória que a inflação vai apresentar daqui para a frente. A missão voltou aos Estados Unidos na quinta-feira passada.

A missão, coordenada pelo chefe da divisão do Atlântico Sul do FMI, José Fajgenbaum, permaneceu em Brasília durante as últimas três semanas fazendo o levantamento dos dados sobre o comportamento da economia brasileira em 1991 e apurando os resultados relativos ao primeiro trimestre deste ano dos critérios de desempenho cujas metas fazem parte do acordo do tipo "stand-by" firmado pelo País com aquele organismo em janeiro.

Fajgenbaum deve acompanhar de Washington os acontecimentos em torno da proposta de ajuste fiscal da área econômica do governo e o desenrolar dos demais projetos que são considerados como fundamentais ao desenvolvimento sustentado do País, como o de modernização dos portos e o de concessão de serviços públicos. O FMI, pelo que apurou este jornal junto a fontes do governo, também vai olhar com atenção as iniciativas dirigidas a uma maior abertura da economia ao comércio internacional. Além da

política de redução de tarifas de importação já traçada pelo Ministério da Economia, há uma expectativa de parte daquele organismo no sentido de que outras providências sejam tomadas ao nível da desregulamentação do comércio exterior, com uma maior simplificação dos trâmites que envolve a importação.

MISSÃO A WASHINGTON

Todas aquelas questões serão repassadas na primeira quinzena de agosto, quando se prevê sejam retomadas as negociações entre o Brasil e os técnicos do FMI para a fixação das novas metas a serem aplicadas aos critérios de desempenho no terceiro trimestre encerrado em setembro e, ainda, as metas do último trimestre, válidas para a posição de dezembro deste ano. Da próxima vez, no entanto, a missão do FMI não virá ao Brasil. Ficou acertado que caberá a uma missão brasileira, chefiada pelo secretário Nacional de Planejamento, Pedro Pullen Parente, ir a Washington definir não só aquelas metas que ficaram pendentes de entendimento futuro mas também informar sobre os resultados do segundo trimestre do ano, a ser encerrado no final deste mês de junho.

A primeira quinzena de agosto ficou em princípio como um indicativo para a próxima rodada de discussões porque àquela altura é que o governo terá condições de saber como se comportaram os números refe-

rentes às metas de junho. Parente, por sua vez, só chegará a Brasília no dia 9 de julho — ele está na Rússia, ajudando a montar o Tesouro Nacional daquele país — e pretende deixar pronto o Orçamento Geral da União (OGU) referente a 1993 antes de viajar para retomar as negociações com o FMI.

REDE BANCÁRIA

Os números definitivos entregues ao FMI, envolvendo os resultados do primeiro trimestre deste ano, são os seguintes:

- **Crédito Interno Líquido (CIL)** — Por esse critério, o fundo acompanha a política monetária do País. O CIL representa o estoque do papel-moeda em poder do público menos as reservas internacionais líquidas ajustadas. A meta era chegar a março com um mínimo de Cr\$ 10,327 trilhões de redução no crédito interno líquido, mas o acúmulo de reservas permitiu que a meta fosse mais do que cumprida, registrando-se uma redução de Cr\$ 21,519 trilhões.

- **Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP)** — Pelo conceito nominal (que engloba a inflação e os juros), o déficit público foi ampliado em Cr\$ 63,11 trilhões, quando a meta era de no máximo Cr\$ 59 trilhões. No conceito operacional (desconta as correções monetária e cambial) o déficit no trimestre não poderia ter sido superior a Cr\$ 5,6 trilhões, mas houve desvio e o resultado efetivamente alcançado ficou em Cr\$ 7,908 tri-

lhões. No conceito primário (desconta as correções monetária e cambial e os juros internos e externos) o superávit fiscal alcançou o valor de Cr\$ 6,198 trilhões entre janeiro e março deste ano, quando deveria ter ficado no mínimo em Cr\$ 6,5 trilhões. Esse critério não é considerado meta mas apenas indicativo para o primeiro trimestre do ano.

- **Desembolso Externo Líquido** — Mede o nível do endividamento externo do País. A meta era de no máximo US\$ 9,228 bilhões, mas o País recebeu do exterior US\$ 7,661 bilhões, abaixo portanto do limite fixado.

- **Reservas Internacionais Líquidas** — As reservas deveriam crescer no mínimo US\$ 4,6 bilhões entre janeiro e março mas superaram bem aquele limite mínimo fixado no acordo.

Fajgenbaum discutiu amplamente com os técnicos do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central a metodologia que está sendo montada para o governo receber da rede bancária informações mais detalhadas sobre o crédito concedido aos mutuários do setor público, discriminando principalmente as taxas de juro incidentes sobre aqueles empréstimos. O FMI precisa concordar com a nova metodologia antes que seja encaminhado ao "board" de diretores o pedido para que o critério do déficit fiscal operacional possa ser substituído pelo critério de superávit fiscal para efeito de cumprimento das metas do acordo.